
**CÂMARA TÉCNICA DE COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS -
CTCOB
ATA DA 38ª REUNIÃO**

Data: 04 de outubro de 2005

Local: Ministério das Cidades- Brasília

PARTICIPANTES:

- Ministério da Agricultura – MAPA- Eduardo Cadavid- (educa@sede.embrapa.com)
- Ministério da Integração Nacional: Daniel Vilani- (dzvilani@hotmail.com)
- Ministério do Meio Ambiente – ANA: Pedro Carlos Pociotti- (pedro@ana.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente-MMA: Rodrigo Speziali(speziali.rodrico@cnrh-srh.gov.br)
- Ministério das Cidades-MC- Norma Lucia de Carvalho- (norma.carvalho@idades.gov.br)
- Ministério das Minas e Energia- MME- (gualtermendes@mme.gov.br)
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – SP/RJ: - Francisco Martinez Junior- (martinez@cth.usp.br)
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – MG/ES:Alberto Simon Schwartzman(alberto.simon@igam.mg.gov.br)
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos- PR/MT- Norberto Ramon- (ramon@pr.gov.br)
- Usuário/Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Décio Michellis Júnior (decio.michellis@gruporede.com.br)
- Usuário/Indústria: Patrícia Helena Gambogi Boson: (tita@net.em.com.br)
- Usuário/Prestadoras de Serviço Abastecimento de Água e Esgotamento-Elizabeth Costa de Oliveira- (elizabetholiveira@cedae-rj.com.br)
- Usuário/Irrigantes- Jairo dos Santos Lousa- (jairolousa@yahoo.com.br)
- Comitês de Bacias Hidrográficas- Eduardo L. Paschoalotti- (epaschoalotti@am.ripasa.com.br)
- Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas- Francisco Carlos Castro Lahóz- (francisco@agua.org.br)
- Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa- Jaildo Santos Pereira (jaildo@yahoo.com)

CONVIDADOS:

- Valéria Almeida Lopes de Faria- vfaria@cemig.com.br
- Wilde Cardoso – ANA- wilde@ana.gov.br
- Hector Muños Espinosa- hector@sds.sc.gov.br
- Fabiola Maria de Lima- fabiolalima@elabore.com.br
- Patrick Thomas- patrick@ana.gov.br
- Rachel Landgraf de Siqueira- rachel.siqueira@mma.gov.br
- Luiz Roberto Moretti- lmoretti@sp.gov.br
- Beatriz R. Barcelos- beatriz@elabore.com.br
- Roberto Alves Monteiro-roalmonete@ig.com.br

RELATORIA:

- Ednaldo Mesquita Carvalho – SRH/MMA – (ednaldo.mesquita@mma.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

No dia 04 de Outubro ano de dois mil e cinco, com início às 9:30h, a Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos – CTCOB do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH realizou sua

53 38.^a reunião em Brasília, convocada há doze dias, sob a presidência do senhor Décio Michellis Júnior,
54 tendo como relator o senhor Ednaldo Mesquita Carvalho com a presença de 16 dos seus membros.
55 Inicialmente, o Presidente da CTCOB informou que iria participar da reunião o Secretário Executivo do
56 Comitê das Bacias dos Rios Piracicaba Capivari e Jundiaí- PCJ e que seria dada a ele a oportunidade de
57 comentar sobre os andamentos para a implementação da Cobrança nas Bacias, por isso este item de pauta
58 seria invertido. Em seguida, foi aprovada a ata da 37.^a reunião, com pequenas alterações. *Ítem 2 da pauta-*
59 *Análise de proposta de resolução que regulamenta o Parágrafo 4.º do Art. 21 da Lei 9.984.* - O Sr. Décio
60 solicitou a Sra. Patrícia que iniciasse a sua apresentação, comentando sobre as alterações propostas por
61 ela à versão da Proposta de resolução apresentada anteriormente pelo próprio presidente da CTCOB. A
62 Sra. Patrícia explicou os motivos que a levaram a separar a resolução proposta em duas. Entendia a
63 Conselheira que os artigos que cuidam dos indicadores para a implementação da Cobrança deveriam ser
64 tratados em separado. Explicou também que achou por bem retirar as menções aos conselhos estaduais,
65 deixando a palavra *comitês* no plural e de forma genérica. Especificamente sobre a resolução que
66 trataria do *Estabelecimento dos Mecanismos e Critérios para o relacionamento com os comitês*
67 *para o estabelecimento de prioridades para a aplicação dos recursos da Cobrança*, lembrou a
68 conselheira que somente os recursos oriundos do setor elétrico é que seriam regulamentados por
69 ela. Comentou que os recursos oriundos da *Cobrança Condominial* já estão regulamentados pela
70 Lei 10.881 que dá a segurança para o retorno dos recursos integralmente à bacia. Sobre os
71 considerandos contidos na primeira versão, o Sr. Hector perguntou porque alguns haviam sido
72 eliminados, a Sra. Patrícia informou que apenas os achava desnecessários. O Sr. Décio, em
73 defesa à sua proposta, disse que pela ementa da resolução, fica claro a intenção de se ter uma
74 engenharia de articulação para obter as sugestões de prioridades para aplicação dos recursos.
75 Outra ponderação feita pelo presidente, em termos das alterações propostas por ele, foi
76 relacionada ao não envio ao CNRH e suas Câmaras das informações a serem solicitadas, estas
77 deverão ser enviadas à ANA. Como argumento, foi dito que não é prático e nem mesmo
78 funcional, utilizar o CNRH em ações executivas. A respeito dos indicadores contidos na
79 proposta, disse que os princípios dos indicadores são os mesmos que regem as resoluções
80 CONAMA sobre o tema. Manteve a sua posição de se conter em uma única resolução não só os
81 aspectos relativos aos Mecanismos e Critérios de relacionamento com Comitês, mas também de
82 forma didática, os aspectos sobre os indicadores. Por outro lado, a Sra. Patrícia defendeu sua
83 posição, enfatizando que os procedimentos e prazos para se relacionar com os Comitês são muito
84 dinâmicos e mutáveis, já as questões sobre os indicadores devem ser mais duradouras. O Sr.
85 Pedro Pociotti recomendou que ficasse mais clara a cronologia a ser proposta, respeitando os
86 prazos estabelecidos pela própria união para montar e propor o orçamento para o próximo ano. O
87 Sr. Décio pediu um prazo para analisar sua própria proposta ,correlacionando com as propostas
88 apresentadas pela Conselheira Patrícia. O Sr. Paschoalotti perguntou se a proposta que trata dos
89 indicadores não iria se conflitar com os indicadores do Contrato de Gestão; o Sr. Pedro Pociotti,
90 da mesma forma, achava que de fato poderia haver confusão e duplicidade. A Sra. Patrícia
91 ponderou que se preocupou, e por conhecer o Contrato de Gestão procurou respeitá-lo, propondo
92 apenas regras gerais para permitir o estabelecimento de uma relação sistêmica. O Sr. Décio
93 voltou a defender a proposta de uma única resolução da mesma forma que o Sr. Gualter. Como
94 encaminhamento, propôs mais uma vez fazer uma nova revisão na sua proposta, procurando
95 correlacioná-la com aquelas apresentadas pela Sra. Patrícia. Explicou que apenas aspectos
96 didáticos de indicadores propositivos estariam contidos na sua proposta. Após encaminhamento
97 proposto, os Sr. Wilde teceu comentários genéricos sobre indicadores de acompanhamento como
98 por exemplo a destinação, a utilidade e se os mesmos são exequíveis. Enfatizou que os
99 indicadores devem ser utilizados pela ANA e como não há contrato de gestão, a sua solicitação
100 não será possível. Sugere uma interface com o PNRH e com o Contrato de Gestão a ser assinado
101 entre o MMA e ANA, no qual indicadores seriam estabelecidos. Citou ainda como exemplo, que
102 os indicadores contidos no contrato de gestão entre ANA e AGEVAP eram muito complexos. A
103 Sra. Patrícia voltou a defender a existência de uma proposta de resolução específica, tratando dos
104 indicadores para avaliar a implementação da cobrança; comentou inclusive que, quando da
105 análise de pleitos apresentados por Comitês para implementar a Cobrança, deveria ser pelo

106 menos mencionada a importância dos indicadores, como colocado na proposta de resolução
107 sugerida por ela. *Item 1- Informes* - Dando continuidade à reunião, o Presidente da CTCOB
108 sugeriu que na próxima reunião da Câmara, fosse convocada uma reunião do GTAAC desde que
109 a ANA viesse a encaminhar o relatório trimestral referente à aplicação dos recursos da Cobrança.
110 Dando continuidade, a Sra. Patrícia abordou o tema decorrente da publicação da Resolução n.º
111 411 de 22/09/05 da ANA, na qual da forma que está redigido o artigo 2º, ficou para ela patente o
112 não envolvimento do Sistema Nacional de Recursos Hídricos no empreendimento, transposição
113 de Águas do Rio São Francisco, como a seguir “*A repartição das vazões bombeadas do Rio São*
114 *Francisco entre os setores usuários e os Estados beneficiados e as tarifas de cobranças pelo*
115 *serviço de adução de Água bruta serão definidas no Plano de Gestão Anua que será elaborado*
116 *pelo Conselho Gestor, por meio da Entidade Operadora Federal. Parágrafo Único. Para a sua*
117 *eficácia, o Plano de Gestão Anual deverá ser aprovado pela ANA*”. O Sr. Décio deu
118 explicações, comentando que estaria correto o procedimento, correlacionando inclusive com o
119 que ocorre no setor elétrico, entendia que a resolução da ANA trata da gestão da água após
120 derivação ou retirada da calha do Rio São Francisco. A Sra. Patrícia recomendou que em
121 situações semelhantes, a ANA usasse os meios de comunicação para explicar a real finalidade da
122 resolução em questão, para não confundir àqueles que desconhecem os detalhes a respeito. Como
123 segundo assunto foi passada a palavra ao Secretário Executivo do PCJ, Sr. Luiz Moretti que
124 discorreu sobre os avanços do processo para a implementação da Cobrança no Comitê PCJ.
125 Rememorando, disse que em 2004 foi realizado o trabalho de renovação da outorga de 31m³ por
126 segundos do Sistema Cantareira para abastecimento de água na grande São Paulo. A outorga foi
127 publicada em agosto, era o passo inicial para o início da cobrança na Bacia. O Comitê criou dois
128 grupos de trabalho com representantes do Governo, Usuários e Sociedade Civil para discutir os
129 temas Agência de Bacia e a Cobrança. Como estratégia adotada nas reuniões dos GTs, a
130 uniformização de conceitos entre os membros foi fundamental. Lembrou que em São Paulo há
131 anos se discute a aprovação da cobrança nos rios Estaduais, mesmo já existindo a
132 regulamentação no nível federal. Diante desta conjuntura, no GT foram formuladas as seguintes
133 perguntas: - A implementação da cobrança seria apenas nos rios de domínio da União? A
134 cobrança seria implantada nos rios de domínio da União e seria feito um acordo com os usuários
135 dos rios de domínio dos Estados? Após a realização de várias oficinas pela Bacia e aprovação
136 em Plenária do Comitê, decidiu-se pela implementação da cobrança nos Rios de domínio da
137 União e nos rios de domínio dos Estados, seria proposto um acordo com os usuários para
138 pagamento de uma “contribuição voluntária”. Foram realizadas 17 reuniões para se discutir
139 mecanismos de cobrança, metodologias e valores, com o objetivo de equacionar a decisão. O Sr.
140 Moretti ainda informou que no dia 29/09, em reunião conjunta de Câmara Técnicas do Comitê,
141 foram aprovadas as minutas de deliberações da Cobrança pelo uso da Água e para a criação da
142 Agência de Bacia do PCJ. Informou ainda o Secretário Executivo que possivelmente no dia 21
143 de Outubro seria realizada a plenária do Comitê para análise e aprovação das duas deliberações.
144 Acrescentou que a entidade delegatária deveria ser, por um primeiro período de dois anos, o
145 Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios PCJ. Sobre a deliberação da Cobrança, foi dito
146 que a mesma teria 18 páginas, inclusive com os anexos, destacando-se o seguinte:- a
147 progressividade dos valores a serem cobrados, - critérios para cálculo da cobrança voluntária a
148 ser paga pelos usuários dos rios Estaduais, - que todos seriam beneficiários dos recursos
149 auferidos – o Preço Básico Unitário- PUB estava sendo também proposto, - os valores a serem
150 pagos pelo setor agrícola seriam equivalentes a 10% do valor a ser pago pelos demais setores, e
151 que, durante os próximos dois anos, uma câmara específica proporá como deverá variar o “K”
152 rural, que poderá chegar a zero em função da tecnologia adotada pelo usuário.- foram previstos
153 os critérios de parcelamento, em caso de inadimplência. Após relatos, foram abertas pelo
154 Presidente da CTCOB, as possibilidades para novos esclarecimentos e retirada de dúvidas. O Sr.
155 Wilde que participou de todo o processo de elaboração das propostas de deliberação, esclareceu
156 que a resolução nº 48 do CNRH que estabelece os “ Critérios Gerais para a Cobrança pelo uso
157 dos Recursos Hídricos” foi constantemente utilizada e consultada durante todo o processo de

158 construção das deliberações. Disse ainda que além da Lei 8.433, Leis Estaduais também foram
159 utilizadas como referência. Comentou que, em todas as reuniões, os usuários participaram,
160 levando inclusive para suas empresas a análise de impacto e reflexos no setor, das simulações de
161 valores a serem praticados. A Sra. Patrícia ponderou que o Setor Indústrias representado por ela,
162 vem dando todo o apoio à implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, em
163 especial o instrumento da Cobrança. O Conselheiro Jairo Lousa enfatizou que ouviu algo de bom
164 senso nas palavras do Sr. Moretti, percebeu que o Comitê aprendeu muito com tudo que já foi
165 feito a respeito no País. Rememorou aspectos importantes relativos à fragilidade do Setor
166 Agrícola representado por ele, em que a formação dos preços a serem praticados não seriam de
167 sua competência, mas sim do mercado. Entendia que a agricultura deveria ser premiada,
168 recompensada pelo que faz para a água e o meio ambiente. Achava que o PCJ estaria no
169 caminho certo, na sua opinião, graças à realização das várias reuniões onde todos participaram e
170 chegaram a uma proposta de fácil entendimento. O Sr. Moretti, em resposta, disse que a CT-
171 Rural era a mais nova das 11 CTs existentes, e já estariam preparando os termos de referência
172 para os estudos a serem feitos, estariam se mobilizando, concluiu. O Sr. Décio perguntou se
173 houve alguma consulta à ANEEL sobre o pagamento ou não das PCHs, questionou ainda sobre a
174 possibilidade de um usuário pagador deixar de pagar pelo uso da água em rio de domínio da
175 União em função do não pagamento voluntário dos demais usuários localizados nas bacias de
176 rios de domínio dos Estados. Em resposta, foi dito que não houve ainda consulta à ANEEL e,
177 sobre a segunda pergunta, disse saber das limitações dos Comitês, mas confiava e acreditava no
178 bom senso e no bom nível de negociações já existentes. Em função da cronologia para análise
179 aprovação das Deliberações no Comitê PCJ, na qual está prevista uma plenária para ocorrer dia
180 21/10, a CTCOB possivelmente deverá reunir-se em princípio no dia 27/10. A partir das 14:30h
181 foi reiniciada a reunião. Dando continuidade aos informes, o Sr. Jaildo noticiou sobre uma
182 reunião ocorrida em Salvador, do Fórum de Secretários de Recursos Hídricos do Nordeste.
183 Naquela oportunidade, foi noticiado que o Sistema de Outorga adotado na Bahia havia recebido
184 o certificado ISO 9001. Informou ainda que o Plano Estadual de Recursos Hídricos daquele
185 Estado havia sido aprovado com algumas restrições manifestadas pelo representante da Indústria
186 no que diz respeito à Cobrança. Diante desta conjuntura, foi criado um GT para tratar da análise
187 e possíveis adequações no Plano Estadual. Foi também anunciado a realização de mais uma
188 reunião do Fórum dos Comitês que seria realizada no período de 16 a 20/10 em Ilhéus /Bahia. O
189 Sr. Francisco Lahós anunciou que devido a Convênio de Bacias Irmãs entre Brasil e França, ele e
190 o Sr. Dalto, do Consórcio PCJ, estariam em viagem para aquele país para observar os avanços
191 obtidos na Gestão de Recursos Hídricos. Demonstrou a todos sua disposição para levar perguntas
192 e questionamentos para aqueles que se interessarem. As dúvidas e esclarecimentos, inclusive
193 texto em Português sobre o Sistema Francês de Gerenciamento, podem ser enviados ou
194 solicitado ao endereço eletrônico: francisco@agua.org.br. Item 3 – *Continuidade das análises*
195 *relativas à Cobrança pelo uso dos Recursos Hídricos no Ceará- Consolidação do Grupo de*
196 *Trabalho.* O Presidente da CTCOB inicialmente informou que havia elaborado uma primeira
197 versão de um Relatório sobre o GT-Ceará no qual estavam explícitas o que poderiam ser as
198 atribuições do GT. Especificamente sobre o futuro da região semi-árida, comentou que o
199 processo de degradação em curso poderá aumentar o número de rios intermitentes,
200 conseqüentemente, investimentos em infra estrutura que implicam em posteriores ações de
201 operação e manutenção de sistemas, como hoje ocorre no Ceará, deverão acontecer nos demais
202 Estados. Disse que no caso das águas da transposição do Rio São Francisco já foram estimados
203 custos de operação e manutenção do sistema que poderão onerar o consumidor em mais 20% dos
204 custos atuais. Em função da demanda formulada pelo Estado do Ceará à CTCOB, recomendou a
205 prática da legalidade constante nas ações e decisões da Câmara. Retornando ao Relatório inicial
206 feito por ele, elencou o que seriam os objetivos do GT, como a seguir: -Avaliar as experiências
207 em cursos ou em implementações dos processos de cobrança pelo uso dos recursos hídricos nos
208 Estados, considerando procedimentos adotados e resultados obtidos; -Analisar os conflitos
209 potenciais entre as legislações estaduais e a legislação nacional sobre a cobrança;- Elaboração de

recomendações para implantação da cobrança pelo uso de recursos hídricos nos Estados, considerando as especificidades regionais;- Propor diretrizes e ações conjuntas para a integração e otimização de procedimentos entre as instituições responsáveis pela cobrança pelo uso de recursos hídricos nos Estados;- Analisar e sugerir, no âmbito das competências do GT, recomendações de diretrizes complementares para a implementação e aplicação da cobrança pelo uso de recursos hídricos nos Estados e elaboração/revisão de minutas de Resoluções para o CNRH quando couber;- Elaborar recomendações de especificidades regionais do instrumento cobrança a serem internalizados na política nacional de recursos hídricos (minutas de resolução para o CNRH, sugestões de emendas aos PL's em tramitação no Congresso Nacional, etc.);- análise de pontos da legislação de especial interesse para o Estado do Ceará. Após comentar rapidamente sobre o objetivo "Pontos da Legislação de especial interesse para o Ceará", comentou sobre os produtos previstos para o GT. Em termos da composição do GT, a Sra. Patrícia manifestou disposição de participar, ponderando sobre as suas dificuldades de agenda. O Sr. Pedro Pociotti confirmou sua participação em lugar do Sr. Viana, devendo, portanto, assumir em nome da ANA a coordenação do GT. A Sra. Elizabeth lembrou que ao voltar do Ceará, aprofundou nas análises sobre o modelo de cobrança, (tarifa) adotado no Ceará, percebeu que de fato o que se pratica no Estado não é o que está contido na Lei 9.433. Ponderou que os esclarecimentos se fazem necessários para a população que está pagando por serviços prestados pela operação e manutenção do sistema. O Sr. Pedro Pociotti sugeriu que o GT deveria reunir-se em alguns momentos, em separado da CT. Nas reuniões da Câmara seriam feitos relatos dos aprofundamentos dos relatórios e documentos produzidos. O Sr. Décio explicou sobre as razões que o levaram a propor a criação do GT, acha que deverá haver interesse maior por parte da Secretaria de Recurso Hídricos do Ceará, COGERH e pela própria ANA, por isso havia sugerido o nome do Sr. Francisco L. Viana para coordená-lo. Finalmente, em termos da composição, foi sugerido além dos nomes já comentados anteriormente, o do Sr. Roberto Monteiro, Sra. Elizabeth e o Conselheiro Jairo Lousa; a coordenação continuaria na ANA, com o Sr. Viana e como coordenador adjunto, o Sr. Pedro Pociotti; a relatoria seria feita pelo Sr. Décio M. Júnior. Foi proposto ainda que o GT deveria reunir-se no Ceará, Bahia e Brasília. O Sr. Jaildo acha que a criação do GT é muito importante, porque o País é grande e as dificuldades estão aumentando para a implantação da política. Lembrou que esteve há dois anos no Ceará, naquela oportunidade estavam sendo criados os comitês, agora os comitês demonstram interesse em participar das decisões. Comentou que na Bahia já devem ocorrer avanços, estão previstos os dois sistemas, tarifa e cobrança propriamente dita a serem implantados em futuro próximo. O GT pode criar a oportunidade de aprofundamento de estudos para um sistema que venha a prever essas diferenças regionais. Após comentários sobre GT, iniciaram-se as discussões sobre o modelo adotado no Ceará. A Sra. Patrícia disse, mesmo considerando que os fundamentos e objetivos são os mesmos da Cobrança, conforme legislação vigente, o que se pratica no Ceará é um pagamento pelos serviços de operação e manutenção de sistemas. O Sr. Roberto Monteiro, com respeito ao que se pretende praticar na Bahia, disse que não há conflito na utilização dos dois sistemas. Toda prestação de serviços precisa de sustentabilidade, isso é tarifa. A diferença entre a COGEH e a CEDAE/RJ, por exemplo, é que uma leva água bruta e a outra leva água tratada. Há que se fazer distinção entre tarifa e cobrança propriamente dita como preconizada na Lei 9.433. O Sr. Jaildo acha fundamental que seja possível, como na Bahia, onde em uma mesma bacia, poder-se implantar a Cobrança e o Sistema de Tarifas, portanto o GT vai ter muito o que discutir. O Rodrigo Speziali comentou que, quando recebeu a proposta para a criação do GT, ficou confuso sobre as reais responsabilidades do Grupo. Percebeu agora que a ênfase, o enfoque deveria ser voltado para o âmbito da região semi-árida, sugeriu em seguida outro nome para o GT, como por exemplo: GT para "Análise de Especificidades Regionais que afetam o processo de cobrança pelo uso dos Recursos Hídricos". O Sr. Décio ponderou que o GT deve em um primeiro momento aprofundar e analisar as questões propostas pelo Estado do Ceará, posteriormente, poderá abordar especificidades regionais. O Sr. Pedro Pociotti reforçou, dizendo que o que se quer do GT é uma maior transparência do que está sendo feito no Ceará. A Sra. Patrícia também

acha importante o GT, porque as discussões que estão ocorrendo agora, deverão ocorrer com mais profundidade no âmbito do Grupo. Pergunta-se, o que deve ser feito em uma região Semi-árida que necessita de um operador de Água como a COGERH, em termos de gestão do Recursos Hídricos. O Sr. Décio entende que pelo fato da Lei que regulamenta o Sistema no Ceará ser anterior à Lei 9.433, o que se sugere é que o GT deve contribuir com a adequação ou adaptação desejada da legislação do Estado à realidade atual após Lei 9.433. *Item 4- Continuidade das discussões para o estabelecimento das Diretrizes para a Cobrança no PNRH.* O Sr. Rodrigo Speziall informou que houve modificação na contribuição das CTs para o PNRH, as comissões que seriam constituídas não mais irão existir. Na reunião dos Presidentes de CTs com o Secretário João Bosco, ficou acertado que a comunicação do PNRH com as CTS seria em dois momentos. 1- Via CTIL e CTPNRH até o CNRH. - 2 Durante o seminário nacional de diretrizes metas e programas que seria realizado nos dias 7, 8, 9 de novembro. Se a CTCOB entender que é importante fazer uma oficina para essa finalidade, o seu produto será bem vindo. O Sr. Jairo sugere que no PNRH as questões relacionadas à Cobrança devem ser postas de forma genérica como previsto na Lei, sem maiores detalhamentos. O Alberto disse que entendeu bem o que foi dito e achava que o que será proposto não deve ser diferente do que pensamos e acreditamos. Não vê como momento ideal a plenária do CNRH, prevista para o dia 20/12, para colocar críticas ou sugestões ao PNRH. Recomendou que deveríamos nos antecipar nos momentos previstos. Sobre o tema, o Sr. Décio afirmou que o que se tem de concreto são as resoluções e moções aprovadas pela CTCOB, como contribuições ao PNRH. Do ponto de vista operacional, acha que o PNRH deveria prever uma estimativa de arrecadação com o instrumento Cobrança, bem como uma matriz de repartição destas receitas. A Sra. Patrícia, discordando do Sr. Décio, disse que o PNRH deve dar diretrizes macro, não deve entrar na aplicação e nos valores, isso cabe ao Plano de Bacia. As diretrizes devem ser orientativas sem entrar em detalhes quantitativos. O Sr. Rodrigo Speziall relatou sobre o processo participativo em curso no país para a elaboração do PNRH, o objetivo do processo sempre foi o de valorizar a participação de todos e aprofundar o diálogo. Boa parte das diretrizes serão oriundas das regiões de cada Estado, além dos cadernos setoriais. Espera que as diretrizes metas e programas possam ser encaminhadas para todos com antecedência para análise e posterior participação no Seminário Nacional. O Sr. Jairo acha que o que está sendo feito é bom e que deverá atender às suas expectativas, a metodologia foi dinâmica e o plano deverá sê-lo. Como encaminhamento, foi aprovado que cada membro da CT analisará o que for proposto e apresentará suas sugestões durante o seminário. Caso haja outras discrepâncias, estas serão informadas a todos para se buscar a melhor alternativa para se levar as sugestões aos responsáveis. *Item 5 – Assuntos Gerais* – O Sr. Jaildo comentou sobre o atual estágio de elaboração do livro sobre a Cobrança pelo uso dos Recursos Hídricos, disse que a data limite para encaminhar à gráfica o produto é o dia 20 de outubro, portanto será o dia 15 de outubro a data limite para receber as contribuições. Não havendo nenhum assunto mais a tratar, foi encerrada a reunião às 18:10h. Mais uma vez, o presidente da CTCOB agradeceu a presença de todos e pelo apoio dado pelo Ministério das Cidades na pessoa da Sra. Norma Lúcia de Carvalho para a realização da 38.^a reunião da CTCOB.

Ata aprovada na 39.^a reunião da CTCOB, dia 27 de outubro de 2005.

Décio Michellis Júnior
Presidente da CTCOB

Ednaldo Mesquita Carvalho
Relator da CTCOB